

TIAGO LEMÕES DA SILVA*

A RUA COMO ESPAÇO DE INTERAÇÃO SOCIAL:
UM ESTUDO ANTROPOLÓGICO DAS RELAÇÕES ENTRE
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
E GRUPOS CARITATIVOS

Ao partir de uma avaliação crítica do conceito de exclusão, este artigo questiona a noção de população em situação de rua enquanto um segmento social essencializado pela ideia de carência absoluta, ruptura de vínculos e não pertencimento à sociedade formal. A partir de estudo etnográfico realizado em uma cidade de médio porte do Rio Grande do Sul, pretende-se demonstrar formas de solidariedade e construção de laços sociais tecidos a partir da doação alimentar realizada por um coletivo do Terceiro Setor.

Palavras-chave: população em situação de rua; exclusão social; dádiva; vínculo social.

* Graduado em História pela Universidade Federal de Pelotas. Mestrando em Ciências Sociais pela mesma universidade, sob orientação da Professora Doutora Claudia Turra Magni. Membro do Laboratório de Estudos, Pesquisa e Produção em Antropologia da Imagem e do Som (LEPPAIS) e do Grupo de Estudos Leituras e discussões sobre exclusão social.

A atual designação *população em situação de rua* almeja dar conta da multiplicidade e da condição situacional das experiências e das relações estabelecidas por indivíduos assim considerados, no seio do espaço público. Tal noção inaugura a compreensão desse fenômeno enquanto um processo dinâmico que esclarece, de acordo com Eduardo Leal, alguns pontos importantes para seu entendimento: a diversidade de fatores que impulsionam a circulação nas ruas; e a pertinência de deslocar para o centro da análise a questão econômica para explicar tal condição. Assim, “o fenômeno aparece mais como uma construção social do que uma essência, evitando interpretações definitivas” (LEAL, 2008, p.78).

A advertência, isto é, o alerta de que o termo não deve pressupor essencialidades já é elucidativa dos efeitos que ele pressupõe. Mesmo utilizando-o com cuidado, vários autores, mediante qualificações genéricas, muitas vezes desconsideram que as condições de possibilidade de existência desse segmento da população são resultados de interações sociais referenciadas pela negatividade. Deixam, assim, de perceber as formas específicas de pertencimento, que remetem à centralidade de práticas em determinadas formas de intervenção social. Ainda que a intenção cognitiva seja ampliar o sentido do conceito para abarcar a realidade heterogênea a que se refere, ele parece obscurecer algumas relações tecidas “abaixo da linha d’água”.¹

Determinadas definições do fenômeno *situação de rua* apoiam-se na valorização de rupturas com alguma dimensão da vida social. Costa (2005), por exemplo, assinala: a *população em situação de rua* é constituída por segmentos heterogêneos, com diferentes realidades, mas que comungam a condição de pobreza absoluta e o não pertencimento à sociedade formal. Indivíduos aí colocados trazem, segundo a autora, as marcas de sucessivas rupturas (frequentemente associadas ao uso de drogas), tanto por parte da família como do sujeito que está na rua.

Outras vezes os termos utilizados para qualificá-los direcionam-lhes uma particularidade tão intensa que parecem estar alheios ao que se conhece como “família” ou “trabalho”. É assim que, para Frangella (2004), em função de uma série de processos de desvinculação social e econômica, esses sujeitos se encontram

[...] desprovidos de condições materiais e simbólicas que marcam as tradições identitárias convencionais – do mundo da casa e do trabalho –, desconectados das relações sociais intrínsecas a essas duas di-

¹ Este termo foi desenvolvido por Rubem Fernandes (1994, apud Camurça, 1997), ao se referir ao emaranhado de vínculos que se desencadeiam “às escondidas”, na trama de relações entre a população em situação de rua e a ação social religiosa.

mensões e mantidos nas fronteiras liminares da ordem urbana, [...] [criando] uma dinâmica própria nas ruas (FRANGELA, 2004, p.12).

Ao estudar jovens *em situação de rua* no Rio de Janeiro, Sarah Escorel (2000) constata que a desvinculação sociofamiliar é fator determinante para o ingresso na condição. Por isso, a autora afirma que reduzir tal condição à desvinculação com o trabalho formal é um equívoco, devido ao fato de que, no Brasil, ao contrário do que sucedeu na França, as mudanças no mundo do trabalho não alcançaram um patamar universal. Assim resta a ruína da família brasileira e suas redes de apoio e aliança como elemento central na produção dessa população.

Diferentemente, Eduardo Leal considera a *situação de rua* em termos de uma dinâmica cultural possível às camadas de baixa renda. Alerta que não se pode afirmar que a rua em si crie uma determinada identidade; mas que ela é um espaço identitário, na medida em que grupos criam classificações, estereótipos, programas etc., que elaboram uma identidade homogênea fundada em experiências heterogêneas. Nesse sentido, Leal percebe a rua pelo espaço de relações sociais que a compõem; e não o contrário: a rua não é um fim, mas um meio: “não é uma elaboração cultural central [...] É apenas um dos espaços indiferenciados – público ou privado – em suas vivências. Não é uma condição. A rua está no meio” (LEAL, 2008, p.104). Portanto, para o autor, a experiência nas ruas, para além da negatividade comumente imputada a esta condição, constitui-se numa dinâmica social delimitada e possível a crianças e adolescentes de baixa renda. Os pesquisadores devem dar atenção às relações constituídas nesse universo, em prol de estratégias de sobrevivência.

VÍNCULOS SOCIAIS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: RUPTURAS E REORDENAÇÕES

Em artigo em que debate a noção de exclusão social, Giuliana Leal (2004) constata que a emergência desse conceito sugere mudanças nos fenômenos da pobreza urbana, apontando para uma crise no modelo da sociedade centrada no trabalho. O marco inicial dos usos do conceito está presente na obra do francês René Lenoir, *Os excluídos: um francês sobre dez*, sugerindo que o fenômeno, na França, já não era residual em sua influência sobre o conjunto da sociedade, mas havia adquirido um ritmo cada vez mais acelerado de propagação, mesmo se referindo, ainda na década de 1960, ao fenômeno da inadaptação social. As mudanças de perspectiva analítica emergem na década de 1970, com o acirramento

do desemprego nos países europeus, abrindo espaço para o surgimento de uma nova pobreza que atinge setores antes desconhecidos.

No Brasil, em princípios dos anos 1990, o desemprego alcança dimensões explosivas e a noção de exclusão social adquire novos contornos. Neste contexto, Leal identifica a especificidade brasileira no trato com o tema, agrupando três grandes conjuntos de significados teóricos para pensar a exclusão: *ruptura de laços sociais* – trajetórias de rupturas parciais que atingem a precariedade, a vulnerabilidade, podendo chegar ao rompimento total com o trabalho, a família e a comunidade; *exclusão como inserção precária* – decorrência do funcionamento da organização social, do processo de contradição, tratando-se menos de rupturas de laços sociais, e mais de uma forma subordinada de integração; *exclusão social como não cidadania* – impõe-se em relação à forma de distribuição de acesso aos bens materiais, culturais, oportunidades de trabalho e de participação política.

Nascimento (2000) argumenta que, na atualidade, a exclusão social se dá por meio de rupturas de vínculos sociais, acarretando um isolamento social do sujeito. Entre essas rupturas, a mais dramática é a do mundo do trabalho, por haver cada vez menos necessidade de pessoas para manter a ampliação da sociedade. Esses fatores provocam a constituição de um contingente transubstanciado de exército de reserva em lixo industrial, culminando na produção de sujeitos economicamente desnecessários, pessoas que perdem qualquer função produtiva e não dominam habilidades para adentrar na formalidade trabalhista. A concepção de cidadania excludente fora substituída pela cidadania fragmentada, melhor dizendo, hierarquizada” (NASCIMENTO, 2000 p.74), e isso até mesmo em sociedade balizada pela ideologia igualitária. O autor caracteriza ainda, em termos sociológicos, a exclusão como expressão de não reconhecimento, de pura rejeição, uma representação com sérias dificuldades de reconhecer no outro os direitos que lhe são próprios.

A concepção de ruptura de vínculos alcançou amplo acordo, com base em argumentações do sociólogo francês Robert Castel (1994). Para ele, tal dissociação ou desfiliação é efeito do enfraquecimento da condição salarial, fator determinante, uma vez que acarreta um afastamento progressivo das relações familiares, de parentesco e vizinhança, desembocando numa vida aleatória, entrecruzada por incertezas e imprevistos. Isolados, os atingidos por tal infortúnio desenvolvem um individualismo negativo, distanciados da prática de valores outrora socialmente partilhados. Ao final do processo, a precariedade econômica torna-se privação e a fragilidade relacional conduz ao isolamento.

Debruçando-se sobre os dilemas teóricos suscitados pela formulação conceitual da exclusão, Alba Zaluar (1997) argumenta que a estreita associação com a lógica estruturalista de inclusão/exclusão, representando o real por processo classificatório, acaba por solidificar uma posição que não dá brecha às considerações sobre laços sociais, morais e de solidariedade. Assim, postula que uma classificação assentada em categorias binárias produz por si mesma a exclusão enquanto traço constitutivo da mesma classificação em que se assenta a identidade social de ordem contrastiva. Em outras palavras, todo o sistema que lança mão de classificações binárias produz a exclusão, justamente porque se vale de fronteiras nítidas para separar suas partes.

José de Souza Martins (2008) contrapõe-se à noção de exclusão destacando a imprecisão conceitual e a inadequação à realidade empírica do grupo social que leva em consideração. O sociólogo alerta para o desencontro entre o modo como as vítimas da adversidade se situam no mundo e a maneira como os acadêmicos ou outros grupos veem a situação. Sugere a reflexão sobre a busca incessante de uma palavra que expresse o que os pobres de fato são, em vez de buscar compreender o que os pobres querem. Afirma que excluído é apenas um rótulo abstrato; uma projeção do modo de ver próprio de quem se julga participante dos benefícios circulados na sociedade em que vive; e que, em função disso, prejudica aqueles que a eles não têm acesso. Conclui, então, que a categoria exclusão expressa uma incerteza e uma grande insegurança teórica na compreensão da realidade social contemporânea.

A realidade da *população em situação de rua* em Brasília, estudada por Dijaci de Oliveira (2000), também fornece alguns exemplos para problematizar a questão, quando se redimensiona a inserção pela constituição do coletor de lixo. Composta, em sua maioria, por migrantes nordestinos, a população pobre articula-se a uma rede de interconhecimento bem definida, que começa a ser tecida na chegada do migrante à cidade. O primeiro personagem dessa rede é o amigo ou parente com quem o migrante estabelece o contato. Em alguns casos, por ainda não possuir instrumentos de trabalho (cavalo ou carroça para realizar coleta de material reciclável), ele fica temporariamente em relação de dependência com o seu anfitrião. Na formação da rede enquanto coletor de lixo incluem-se os donos das empresas de papel, essas relações são muitas vezes mediadas pelos motoristas que fazem o contato com os catadores, acertam os custos e recolhem o material coletado. O autor se vale dos conceitos de *projeto* e *campo de possibilidades*, cunhados por Gilberto Velho, para analisar a trajetória dos migrantes *em situação de rua* rumo à concretização de seus objetivos.

A permanência em rede se fundamenta em negociações, revelando que, se a causa da *situação de rua* é a ruptura dos laços de solidariedade por parte de anteriores grupos de convivência, nesta situação, os laços sociais são fundamentais para a construção de possibilidades de enfrentamento de dificuldades. Os dados de pesquisa demonstram, assim, que “os migrantes que vivem nas ruas de Brasília mantêm práticas de autoajuda e de solidariedade entre seus pares, constituindo várias redes sociais. As redes tanto se estruturam em torno do núcleo familiar, como por meio de relações de amizade” (OLIVEIRA, 2000, p.186).

Contrapor-se ao pressuposto de que as pessoas que vivem nas ou das ruas não cabem em rótulos essencializados que destacam os processos de perda, de afastamento, de algo que se desfaz, implica também levar em conta, com cautela, os outros sentidos expressos por práticas sociais só apreendidas em termos do protagonismo, fundamental à vivência nas ruas, a despeito das condições precárias de vida.

Considerar o caráter inventivo desses sujeitos não significa desprezar problemas estruturais que acirram a desigualdade social e suas múltiplas facetas, mas sim perceber que eles operam agenciamentos incríveis, ao fazerem da rua um campo de negociações, usos e interesses. Invertendo ou desviando o compromisso de residência e sedentarismo característico de uma modernidade, esses sujeitos se contrapõem a modernas formas de dominação que, conforme Maffesoli (2001), sustentam-se em ordenações, codificações, identificações, princípios que repudiam os que fogem às suas garras e os que inventam novos territórios de existência.

A DOAÇÃO COMO FORÇA RELACIONAL

Escorel (2000, p. 147) afirma que, entre os fatores que interferem na formação de grupos de pessoas *em situação de rua*, dois são cruciais: “o tecido relacional interno ao grupo e o espaço urbano ocupado, sua territorialidade”. Cotidianamente, os grupos compartilham informações diretamente relacionadas aos distintos usos do espaço com vistas a atender a suas necessidades básicas. A distribuição geográfica obedece, segundo a autora, lugares em que há maior oferta de água, alimentos e/ou doação, formando um nicho territorial que sugere uma itinerância espacialmente circunscrita.

Simone Frangella (2004), ao investigar as relações engendradas em um refeitório específico de doação alimentar, subsidiado estruturalmente pela prefeitura paulistana e organizado por distintas instituições religiosas, ressalta o caráter performático da doação alimentar, na medida em que

o gesto é sacralizado pelo imprescindível ato de orar, o que faz com que a sopa adquira um caráter divinizado. No que se refere às trocas simbólicas que se estabelecem no espaço analisado, afirma que, “através do alimento diário oferecido, requer-se recepção e reflexão sobre o mundo divino e seu oposto: a vida na rua” (FRANGELA, 2004, p. 230).

Sendo a comida o eixo norteador das andanças e deslocamentos, as potenciais relações com bares, restaurantes, grupos caritativos, religiosos e filantrópicos são fundamentais na garantia de subsistência. No processo de aquisição da alimentação, é possível perceber sociabilidades e organizações criadas nesse universo, sobrepondo-se aos mecanismos de aparente “incivilidade” que sugere a dificuldade para obter regularidade no alimento diário e os utensílios que o cercam.

A autora reforça o fato de que a comida é um elemento crucial que mobiliza a vida institucional e seus beneficiários, não só com os doadores, mas também com seus pares. Entre eles, a partilha da refeição é cena comum e compõe parte considerável de seu repertório de trocas, interações e conflitos. Os circuitos bem definidos de doação, principalmente alimentar, promovem “pólos de atração e agrupamento” (ESCOREL, 2000, p.148) que possibilitam a institucionalização de relações entre os sujeitos envolvidos nessas práticas de sociabilidades.

Perpassando a contribuição desses autores, construí a questão central deste artigo. Contraopondo-me às conceituações e caracterizações elaboradas sobre a *população em situação de rua* que se fundamentam no discurso da ruptura, do abandono, da solidão e isolamento, vislumbrei outros caminhos de pesquisa: dirigi meu olhar para a percepção das formas de constituição de vínculos de ajuda e aliança, que apontam para outras formas de compreender a dinâmica que se instaura na vivência da heterogênea *situação de rua*. Da leitura, evidenciava-se a centralidade da comida na construção das redes sociais às quais a *população em situação de rua* integra-se, nessas situações interagindo em especial com grupos que compõem a ação social religiosa. Estes agentes, ao redistribuírem recursos caritativos, tornam-se fundamentais na constituição do “novo espaço público urbano, moralizando comportamentos e reafirmando a vida na rua como dimensão social estruturada e institucionalizada” (NEVES, 1999 p.131). A atuação dos grupos caritativos, tanto pela interface que estabelecem com a *população em situação de rua*, quanto pelas relações de reciprocidade e pelos espaços de sociabilidade que promovem por intermédio da doação, impede que se reafirme um isolamento tão absolutizado. No quadro de produção de uma solidariedade permeada pelos preceitos da assistência social e da caridade, é possível pensar na articulação íntima entre o universo religioso e a dimensão social, em termos de problemas públicos.²

² Refletindo sobre algumas características que compõem a ação social religiosa, Francisco Neto (1997) afirma tratar-se de um espaço social em que gestos de solidariedade aglutinam compromissos sociais e espirituais. (NETO, 1997).

Embora coexistam compromissos transcendentais e engajamentos sociais, as entidades religiosas diferenciam-se quando se constata a personalidade de suas ações para com o seu público: há privilégios, há reconhecimentos, há escolhas conduzidas, muitas vezes, por suas fundamentações religiosas e mesmo por preceitos de verdade e valor. Valorizando esses traços, procuro explicar os vínculos que se formam entre doadores e beneficiários, bem como o processo de negociação entre sujeitos desiguais em termos de posição social.

Em Pelotas, cidade do Rio Grande do Sul, a Comunidade Católica Fonte Nova (CFN), grupo de oração e evangelização, filiado ao MRCC, prepara, toda semana, um ritual de doação alimentar à *população em situação de rua*.³ Analisando esse encontro social por perspectiva etnográfica, com o uso de entrevistas semiestruturadas e de diários de campo, valorizei a complexidade das relações firmadas e os significados que fundamentam e dão sentido à aproximação dos grupos em interface.

No contexto sociorreligioso brasileiro, o MRCC foi tão bem absorvido que o país não tardou a tornar-se uma das maiores nações do mundo católico carismático. As preocupações cruciais concentraram-se, a partir de então, na pertença institucional, na evangelização, na conversão pessoal.

Dada a valorização mais acentuada no caráter espiritual, o surgimento da CFN, no contexto pelotense, está atrelado a uma comunicação divina, de um lado, e a uma constatação circunscrita ao âmbito paroquial, de outro. Conforme Ester,⁴ uma das coordenadoras do grupo:

Tudo a gente coloca em oração. Pedimos para as pessoas rezarem para ver o que é. Rezamos e surgiu. Nós tínhamos em mente, o Senhor nos mostrava que era uma mudança, um banho novo, uma coisa que tinha que jorrar para se espalhar. E o que é melhor que uma fonte para se espalhar para todos os lados? [...] temos que fazer a diferença porque tem tanta gente aqui na volta da igreja e é impossível termos uma igreja com gente comendo no lixo. Não podemos permitir isso. (Ester, CFN).

E foi assim, valendo-se de aportes espirituais e sociais que a CFN passou a doar comida semanalmente, às quartas-feiras, ao cair da tarde.⁵

³ O Movimento da Renovação Carismática Católica (MRCC) assenta-se numa transformação social íntima, individualizada, muito mais subjetiva do que objetiva ou estrutural. Na sua constituição, o MRCC reflete os novos ventos teológicos soprados pelo Concílio Vaticano II, convocado pelo Papa João XXIII.

⁴ Os nomes atribuídos aos interlocutores são fictícios.

⁵ Até 2007 o ritual acontecia ao lado da Catedral São Francisco de Paula, na qual se situa a sede do CFN. Os comensais alimentavam-se na rua, sentados ao meio-fio das calçadas. Após manifestações de incômodo por parte de alguns vizinhos, o grupo carismático toma de empréstimo do católico e tradicional Colégio São José, uma casa grande e suntuosa, localizada no centro da cidade. É neste espaço que, atualmente, a doação de comida é realizada pela CFN.

UMA DOAÇÃO RITUALIZADA

É no coração da cidade, em meio ao trânsito de veículos e pedestres apressados e imersos em seus afazeres, que uma aglomeração de pessoas posiciona-se em frente à Casa em que acontece a doação. O agrupamento se organiza lentamente em fila, com pessoas acompanhadas por cães, carregando sacos ou empurrando carroças improvisadas, contendo plásticos e metais que encontram nas lixeiras, ao percorrerem o caminho diário pelas ruas da cidade. Crianças inalando cola de sapateiro, homens compartilhando uma garrafa de aguardente e alguns cigarros, mulheres com filhos ou netos, idosos e alguns casais. São múltiplas concepções de mundo que tencionam, em um mesmo espaço, pessoas com residência fixa – ainda que em condições precárias de habitação – e aqueles indivíduos *em situação de rua*, ou seja, que fazem da via pública o seu espaço material, simbólico, existencial.

Concomitantemente à sociabilidade promovida ainda nas calçadas, tem-se, para dentro dos muros, a movimentação no arranjo e na disposição de mesas, cadeiras, pratos, talheres, panelas com arroz, macarrão, feijão, carne com legumes e sucos variados que concorrem para a ornamentação de um universo prestes a transformar-se em palco de uma ação ritual: no pátio, onde a comida será distribuída, um verdadeiro *buffet* é minuciosamente preparado por mais de 12 sujeitos que compõem uma pequena parcela da CFN.⁶ No lado externo da Casa, os primeiros da fila agitam-se, sinalizando que o momento mais esperado está prestes a acontecer: o portão é aberto e todos adentram no recinto, não sem antes receberem uma ficha numerada, um prato de plástico, um garfo ou uma colher. Da entrada se veem as grandes panelas, ainda fechadas, tendo por trás um verdadeiro “exército” de religiosos com seus devidos aventais. Para receber a comida no prato, uma condição fundamental apresenta-se: as orações do *Pai Nosso* e da *Ave Maria*, pois o agradecimento e a bênção à comida ofertada é o momento último a ser cumprido rumo à comensalidade efetiva. É nesse instante que um dos membros do grupo voluntário direciona publicamente a palavra aos beneficiários, exigindo um instante de atenção para “lembrar Deus” e agradecer a alimentação concedida. Agrega em seu discurso a importância de certos valores – como a família, o amor, a perseverança, além de alguns conselhos e advertências quanto à higiene, às vestimentas, à saúde, à “vadiagem” e ao uso de drogas.

Todos recebem a comida seguindo a ordem de disposição do *buffet*: feijão, arroz ou macarrão, carne, salada de legumes e verduras, pães e sucos. Formam-se pequenos agrupamentos ao redor das mesas. Algumas pessoas ainda preferem comer somente após usufruir de outras possibilidades oferecidas no local, como cortar o cabelo,

⁶ Todas as roupas, calçados, itens de higiene pessoal, utensílios alimentares e os gêneros alimentícios são doados à CFN por estabelecimentos comerciais, por fiéis que participam dos grupos de oração da CFN, e por uma rede de amigos e parentes dos membros religiosos. Portanto, há uma rede que extrapola o universo da doação em interface.

fazer a barba, banhar-se e trocar de roupas. Após a oração, continua-se a servir comida tanto para os que repetem a refeição, quanto para aqueles que chegam após a abertura dos portões. É possível levar a comida para casa ou para comer mais tarde, na rua. Muitos – destacadamente os que possuem residência fixa – já trazem consigo recipientes plásticos para garantir a refeição, outros a levam em caixas de leite cortadas pela metade, fornecidas pelos próprios doadores.

Todos devem, antes de partir, contribuir “voluntariamente” na limpeza do ambiente, bem como na higienização de seus pratos, talheres e panelas. Individualizados ou em grupos, os comensais retiram-se aos poucos e os utensílios, já limpos, são guardados nos armários da cozinha improvisada, as mesas são desmontadas e o pátio é varrido. Fecham-se os portões, cessam-se os gritos, os risos, os burburinhos de crianças correndo, diálogos diversos. Apagam-se as luzes e o silêncio paira.

Assentada em procedimentos a serem criteriosamente cumpridos, a ação caritativa realizada pelos membros da CFN estabelece uma complexa interação: a sociabilidade se mostra conflituosa, uma vez que se desenrola por meio de um conjunto de atos formalizados, portadores de uma dimensão simbólica imbricada à ação performativa.⁷

Toda a movimentação, observada no espaço aqui descrito, vale-se de uma *linguagem eficaz*, nos termos de Martine Segalen (2002), na medida em que atua sobre a realidade social, não podendo, por isso, ser empregada de qualquer maneira. Ela necessita se apoiar cuidadosamente em símbolos reconhecidos pela coletividade que o conduz; e que também possibilita a interação por meio de gestos, palavras e objetos, além da crença fundamental na transcendência.

Ao final, os beneficiários voltam para casa, outros retornam às ruas em busca de algum lugar seguro para dormir.⁸ Estes, em sua maioria, são jovens que se declaram usuários de *crack*, situação que, em parte, explica o afrouxamento do laço familiar e o conseqüente abandono do lar. De qualquer forma, o acirramento destes laços surge em consonância ao afastamento, mesmo que temporário, do uso de entorpecentes.

Na CFN, onde relações entre doadores e beneficiários firmam-se e atualizam-se, percebe-se o peso simbólico arraigado às condições materiais propícias ao consumo alimentar: o espaço privado, as mesas, cadeiras,

⁷ Ação performativa que se exhibe enquanto um rito caracterizado por “[...] uma configuração espaço-temporal específica, pelo recurso a uma série de objetos, por sistemas de linguagens e comportamentos específicos e por signos emblemáticos cujo sentido codificado constitui um dos bens comuns de um grupo” (SEGALLEN, 2002, p. 31).

⁸ O Albergue Pelotense é bastante frequentado por proporcionar comida, roupas e uma noite de sono. No entanto, os interlocutores buscam este espaço somente em caso de extrema urgência, como nas noites muito frias. Isso ocorre porque o ingresso ao local requer o porte de documentos de identificação pessoal, certo grau de “lucidez”, além de documentação de qualquer objeto “suspeito” que algum beneficiário esteja portando.

talheres e a própria sociabilidade promovida neste universo concorrem para acionar mecanismos taxonômicos em termos de valorações sociais.

Marcos (32 anos),⁹ a respeito de todo o aparato material disponível para a realização das refeições, declara: “comer assim é mais digno, é dignidade”.

Diogo (22 anos)¹⁰ – tendo já vivido nas ruas “*porque usava crack*” – serviu-se de fontes alimentares diversas: lixeiras, sobras de residências, padarias e restaurantes, onde, com frequência, recebia comida armazenada em sacos plásticos: “Tem muitos que dão numa sacolinha a comida pro cara, achando que o cara é bicho, mas ninguém é bicho! Tem uns que dão num prato, sabe?”.

O que Marcos e Diogo apresentam está em consonância com as ideias do antropólogo Roberto DaMatta (1997), para o qual o universo privado, a *casa* – e os utensílios que compõem a extensão doméstica – distingue-se pelo maior controle das relações sociais que possui, o que implica menor distância social e maior intimidade. Paradoxalmente – e relacionalmente – a rua implica certa ausência de domínio e um afastamento, caracterizando-se por um espaço de castigo, luta e trabalho. A passagem ritual entre esses dois domínios revela uma esfera de oposições e junções, de saliências e inibições de elementos.

Esse contexto também permite vislumbrar traços de classificação alimentar na formulação de gostos e preferências expressos no apreço por determinados pratos:

Rita,¹¹ seus filhos, sobrinhos e filhos de seus vizinhos, estimam muito os preparos feitos com carne e preferem os pedaços de “ossos carnudos” da feijoada. Referindo-se a um leve ferimento no dedo polegar, provocado pelo excesso de roupas que havia lavado manualmente, Rita argumenta com jocosidade: “cortei o dedo pra aumentar a carne lá em casa”.

Dunga (34 anos) trabalha como guardador de motocicletas, juntamente com seu irmão, Carlos. Referindo-se à alimentação ofertada na CFN, diz ele que “barriga não tem muito gosto... comida só enche a barriga”. Em dada ocasião, Dunga foi presenteado por alguns motoqueiros, tendo recebido um pacote de arroz “*Tio João*”, um pacote de açúcar e outro de

⁹ Marcos habitou as ruas de Pelotas por sete meses. Neste período, viciou-se em crack e álcool, realizando, para custear os vícios, coleta de material reciclável. Abandonou as ruas ao sentir não suportar mais viver daquela forma e buscou auxílio junto ao Hospital Espírita de Pelotas, no qual foi hospitalizado por 30 dias. Após ter recebido alta, juntou-se a CFN para fugir dos vícios e, segundo ele, “ajudar ao próximo”.

¹⁰ Diogo tem “horror à bebida de álcool porque o pai bebia muito”. Sua relação com a droga parece ser problemática, tendo pedido à própria mãe que o internasse em hospital de recuperação terapêutica. Já usou cocaína, “mas hoje só fumo cigarro”. Para ter acesso à droga, Diogo nunca realizou furtos, mas acha injusto porque “muitas vezes as pessoas dão dinheiro pra quem é ladrão e só porque eu peço dinheiro e sou negro me chamam de ladrão”.

¹¹ Rita (36 anos) é negra, está desempregada e reside com os três filhos e o marido na localidade denominada *Caatinga*, localizada no perímetro central da cidade.

macarrão, além de dois pares de calçados usados. Demonstrando grande satisfação, complementa que, além dos presentes, tinha R\$ 11,00 no bolso, quantia que, como afirmara, poderia estar gastando com bebidas, mas pretendia voltar para casa e privilegiar o almoço de domingo comprando “carcaça de galinha... aquelas bem carnudas” e uma garrafa de vinho para acompanhar o assado.

Vilma¹² (60 anos) cuida sozinha do neto de nove anos. Há tempos não tem notícias do filho, viciado em *crack*. Encontra dificuldades em legalizar a aposentadoria, pois possui pouco tempo de assinaturas na carteira de trabalho. Conta que “quando falta comida em casa fico bem louca” e, então, recorre à CFN.

Outra beneficiária, Celi, além de alimentar-se na CFN, angaria donativos de outras entidades. Apesar de receber legumes e verduras, Celi lamenta não ser beneficiada com arroz e feijão. Em prantos, questiona-se: “Por que dizem na televisão que fruta faz bem pra saúde, se a gente não pode comprar?”

Essas formulações êmicas apontam para a multiplicidade de simbolização incidida sobre o próprio ato de doação alimentar: por um lado, tem-se um processo de sacralização pelo qual a comida assume papel de potência evangelizadora. Por outro, a alimentação recebida entra no rol das necessidades básicas, até porque a comida “serve para encher a barriga”. Serve, igualmente, como ponto de apoio em momentos cruciais de carência alimentar ou de recesso na oferta de emprego informal, como elucida o próximo entrevistado: Maurício (25 anos), guardador de carros: “tô esperando o verão para ir lá pra cima (refere-se ao Nordeste) trabalhar na resina, onde faz chiclete, borracha... lá ganham novecentos pau por mês”. Contrastando com a região nordestina, Maurício afirma que em Pelotas vive com cem reais por mês e, por isso, divide aluguel com mais dois colegas e alimenta-se nos pontos de doação, como a CFN.

A despeito da disparidade nas motivações que propiciam o encontro entre doadores e beneficiários em torno da comida, a dádiva atua como força que agrega, expressando-se na firmamento de trocas simbólicas entre os sujeitos envolvidos e caracterizando-se por tudo aquilo que “circula na sociedade em prol e em nome do laço social”¹³ (GODBOUT, 1998, p. 5). A evangelização, principiada

¹² Em conversa informal, relembra com nostalgia o tempo em que era moça e residia na zona rural, com os pais: “os patrões davam leite e tinha terra pra plantar”. Com o envelhecimento do pai, mudou-se para o bairro Santa Terezinha, periferia de Pelotas.

¹³ É contra certo reducionismo econômico – escolha racional e individualismo metodológico que prevê, nas relações de reciprocidade entre os sujeitos, a predominância de impulsos utilitaristas, calcados no interesse e na racionalidade objetiva, material e simétrica – que autores como Godbout (1998), Caillé (1998) e Martins (2008) filiam-se ao M.A.U.S.S. (Movimento Antiutilitarista nas Ciências Sociais). Eesforçam-se para provar que a ação social não se reduz apenas ao interesse material, havendo, igualmente, o interesse pelo poder, pelo prestígio, pela moral e pelos bens simbólicos em geral.

no revestimento simbólico da comida, é o objetivo último da doação. Pode ser entendida, também, como a própria restituição em ato, expressa na secular ideia cristã de “fazer o bem”. O retorno ou a restituição pode estar na gratidão de quem recebe, pois, de acordo com Camurça, “a gratidão dos mais fracos funciona como doação sua para os mais fortes, pois este retorno significa para os segundos uma transformação na sua vida” (CAMURÇA, 2005, p. 50).

Na ritualização engendrada pela CFN, o que retorna, retorna em ato. É no momento exato da doação, que a gratidão do receptor é demonstrada: “*Deus lhe dê em dobro*”. O que se passa é um múltiplo e silencioso processo que congrega ideias planejadas na evangelização do outro, no reforço do laço, na pertença e na confirmação da fé. Ao “ajudar o próximo”, acessa-se o universo da espiritualidade, materializada no gesto caritativo. “Fazer o bem”: eis o que os beneficiários, deslocando-se de distintos pontos da cidade para comungar em ritual de comensalidade e munindo-se de múltiplas intenções e necessidades, proporcionam aos membros da CFN. E é nesse instante que a ação caritativa aproxima, compõe e dá coesão.

Além desse universo institucionalizado de doação, que representa e possibilita um alargamento de interlocuções na cidade, emergem aproximações assentadas em afinidades mútuas cultivadas ao longo dos anos de vivência nas ruas. Há interlocutores que se conhecem desde a infância, quando mergulharam no desafio da vida nas ruas, e que mantém relação de ajuda. Os jovens, embora tenham vivido longos anos sem residência fixa ou na intermitência entre a casa de parentes e a rua, exercem todas as atividades laborais neste meio – guarda de carros, coleta de material reciclável, limpeza de pátios, servente de obras – e dividem aluguel com um grupo maior de pessoas, inclusive com famílias constituídas.

Na convivência diária, todos devem exercer alguma atividade para poder dormir e comer na residência. Um deles, com 25 anos de idade e desde os 12 fora de casa, relata que “ajuda numa loja de 1,99”, pagando contas, descarregando mercadorias, lavando carros etc. Dos proprietários, ele recebe comida garantida todos os dias, algum dinheiro e confiança para adentrar no interior da loja quando bem entender e ali ficar “pensando na vida” o tempo que necessitar.

Outro caso emblemático envolve três amigos que residiam em um automóvel abandonado na periferia de Pelotas e recebiam dos vizinhos alguns gêneros alimentícios. Apesar de estarem em faixa etária distinta (27, 33 e 52 anos), dedicavam-se a atividades diárias de coleta de material reciclável e guarda de carros para assegurar a alimentação e o consumo de cigarros e bebidas – veículos de socialização na rua – sempre partilhados entre os três.

Na CFN, os vínculos tecidos na rua evidenciam-se. Enquanto um amigo cuida do ponto¹⁴ de guarda de carros, outro companheiro, deslocando-se até o local de doação, pede ao doador que armazene a comida em algum recipiente – geralmente em caixas de leite improvisadas – para que o colega, impossibilitado de abandonar seu ponto em função do grande número de carros estacionados, possa também comer.

O aprofundamento do vínculo ocorre quando este, por exemplo, envolve relação de apadrinhamento: é o caso de um casal com filho cuja madrinha de batismo é a coordenadora do grupo carismático. Nesse caso, a relação da família com a doadora sofre um deslocamento semântico deflagrador de uma intimidade mais aguçada entre os envolvidos, arrolando certos privilégios não acessados pelos demais. Numa ocasião, o pai pediu, reservadamente, à madrinha de seu filho, algumas caixas de leite. A interlocutora, não dispondo do suprimento solicitado, coloca discretamente na bolsa do progenitor de seu afilhado, alguns pacotes de biscoito.

Há uma valoração maior quando se trata de aproximar-se de alguém passível de proporcionar ajuda material sempre que se necessite. Nesse ínterim, é pertinente considerar o jogo de representações que se opera no processo de construção de uma relação mais ou menos frutífera. Nesses termos, duas possibilidades se apresentam: ou se exhibe enfaticamente as precariedades, as necessidades, as carências; ou se enfatiza traços, sugerindo uma superação de vida, que vão desde a aproximação com a família, com o trabalho, até a limpeza das roupas que se está usando ou ao cultivo de uma higiene pessoal aceitável.

O primeiro discurso, por emergir em termos de necessidades e carências, aciona ganhos mais imediatos e materiais, como roupas, calçados e alimentação; o segundo parece engendrar, em longo prazo, certo grau de confiança, uma vez que atinge consonância com determinados valores estimados por aqueles que doam e acabam se tornando, para estes, um exemplo a ser seguido pelos demais. Assim, na CFN, alguns garotos são postos para servir seus pares na ocasião da distribuição de comida. Não são escolhidos aleatoriamente, mas em função do simulacro que constroem, afirmando estar trabalhando com carteira assinada, estudando, procurando a família, alugando alguma residência e mantendo uma aparência higiênica admissível. Também são estes os que geralmente ajudam a desmontar a estrutura no final da noite.

Numa ocasião de entrevista com um dos garotos, Diego (25 anos), o jogo de estratégias simbólicas foi melhor explicitado: o entrevistado declarou ter rompido relações com um amigo que havia agredido e assaltado um senhor na noite anterior. O agressor, cuja conduta foi reprovada por

¹⁴ Neves caracteriza “pontos” como “territórios fechados porque produtos de apropriação reconhecida e assegurada por ameaças ou pela objetivação da violência física (1999 p.129).

Diego, é um sujeito que, dentro do espaço de doação da CFN, é convocado a ajudar na distribuição de comida.

O rompimento do laço de Diego com o amigo denota a existência de uma moralidade que instaura formas de administração de dificuldades, cujas resoluções imediatas desembocam sempre na sensibilização de um olhar externo, da generosidade. Essa negação pública da via ilegal, como o roubo, anuncia um conjunto de valores que se justifica, de acordo com Neves (1999, p. 113), por “uma ética de convivialidade que os enquadra como bons pobres, merecedores da interação proposta”. Esse “bom pobre” é símbolo de uma satisfação e confirma, ao mesmo tempo, a eficácia da ação social religiosa. Mas não está alheio na relação. Ele sabe o que fazer e domina condutas que possam ir ao encontro de representações positivas cultivadas pelos doadores.

Assim, tanto os sujeitos estimados pelos doadores quanto aqueles que não se empenham muito no jogo de representações, valem-se de uma manipulação de seus estigmas, das flagelações, da violência que sofrem e das condições precárias em que vivem para percorrer determinados círculos de relações sociais, nos quais lhes será possível estabelecer certos vínculos. Para tal, devem aceitar a condição de estar sempre se explicando e justificando seus atos no intuito de dar-lhes um sentido trágico, e por isso, condescendentes, como forma de administrar a insensibilidade e a impotência do doador (NEVES, 1999).

A precariedade da vida nas ruas – suas exigências constantes de reinvenção, aproximação e afastamento no que tange aos laços sociais tecidos pela população em situação de rua – prepara o terreno para que se possam forjar novos territórios de existência, ainda que, como afirma Neves (1999, p. 128), sob o jugo de artimanhas para “reconstruir o consentimento do outro, teatralizando a dependência de sua sobrevivência pela condescendência do estranho”. Esses padrões de interação sugerem uma negociação da realidade, ajustando-se a comunicação mínima para que reciprocidades possam daí emergir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na interface promovida pela ação caritativa, relacionam-se, convergindo, divergindo e, principalmente, negociando, num mesmo espaço-tempo, duas perspectivas, dois focos de iluminação sobre a realidade que se cruzam, refletem-se e refratam-se mutuamente. Na preparação de todo o ambiente e de sua ornamentação para o ato de comer, os membros da CFN buscam, entre outros escopos, o reforço e a existência de seu

próprio grupo, tentando reproduzir no outro seus preceitos de verdade e valor. Na firmação e atualização de laços de reciprocidade e pertença, os beneficiários agregam significados específicos à comida e à comensalidade, o que permite que a convivência garantida na CFN ultrapasse a necessidade alimentar.

São dois grupos que, a despeito de suas posições hierárquicas na estrutura social, de seus distintos interesses, desejos e trajetórias, comungam na necessidade de tecer e manter relações sociais e simbólicas e, para tal, precisam um do outro na viabilização destas demandas. Se o desejo de evangelizar existe, sua eficácia não se prende ao fato de que as pessoas em situação de rua convertam-se ao cristianismo, mas está no próprio ato de evangelizar, o que garante a “parte feita” ou a “missão cumprida”. Do mesmo modo, usufruir do espaço privado de sociabilidade em torno da alimentação requer dos beneficiários certo grau de concordância com as exigências normativas da CFN. E mesmo que não estejam vinculados ao mesmo universo religioso que seus “anfitriões”, precisam, pelo menos, fechar os olhos, erguer as mãos para o céu e balbuciar orações cristãs. E se existe um interesse, por parte dos agentes da CFN, em “civilizar” os beneficiários, a eficácia deste desejo está na palavra, no discurso, no sermão. Na prática, os beneficiários precisam, algumas vezes, deixar de comer agachados ou sentados ao chão, abolir os palavrões do vocabulário (ou mesmo proferi-los em sussurros) e jamais envolver-se em agressões físicas ou com o uso explícito de drogas no interior do recinto. Trata-se de uma negociação, um palco de encenação no qual atores sociais desempenham papéis na intenção de solucionar problemas e exigências reais. Uma aproximação firmada no ato donativo, na comida, na estética do comer e nos canais de comunicação inaugurados por tal processo.

Nesse sentido, relativiza-se a visão dominante comumente direcionada à população em situação de rua, visão que se pauta no estigma da desordem, da incivilidade, da passividade e do não pertencimento à sociedade. O próprio discurso da exclusão social, ao mesmo tempo em que revela sua importância, uma vez que denuncia as tramas da desigualdade social, parece obscurecer toda uma movimentação ativa e instigante, articulada pelos ditos “excluídos socialmente”. A carência material não compreende ausência de vínculos, mas reporta para a invenção de novas conexões de interação no meio público; e para a construção de sistemas de significados que definem papéis, vinculam e constituem agenciamentos coletivos que exploram a rua como um espaço social possível.

ABSTRACT

Starting from a critical evaluation of the concept of exclusion, this article questions the notion of homeless people as a social segment essentialized by the idea of absolute deprivation, disruption of links and non-social belonging. From ethnographic study conducted in a midsize city of Rio Grande do Sul, is tried to demonstrate ways of building solidarity and social links from the food donation made by a collective of the Third Sector.

Keywords: *homeless people; social exclusion; donation; social links.*

REFERÊNCIAS

- CAILLE, Alain. Nem holismo nem individualismo metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* São Paulo, vol. 13, n. 38, 1998.
- CASTEL, Robert. Da indigência, à exclusão, à desfiliação. *Saúde e loucura* 4. São Paulo: Ed Hucitec, 1994.
- CAMURÇA, Marcelo A. Seria a Caridade a “Religião Civil” dos Brasileiros? Praia Vermelha: estudos de política e teoria social/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação em Serviço Social – Vol. 1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social.
- COSTA, Ana Paula M. População em situação de rua: contextualização e caracterização. *Revista Virtual Textos e Contextos*, n. 4, 2005.
- DaMATTA, Roberto. Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- SCOREL, Sarah. Vivendo de teimosos: moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro. In: BURSZTYN, Marcel (org.) *No meio da rua. Nômades, Excluídos e Viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.
- FERNANDES, Silvia. Diferentes olhares, diferentes pertencas: Teologia da Libertação e MRCC. *Revista de Estudos da Religião*. N. 3, pp. 76-92, 2001. Disponível em: www.pucsp.br/rever/rv3_2001/p_fernan.pdf
- FRANGELA, Simone. *Corpos Urbanos Errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo*. Tese de doutorado. São Paulo: Unicamp, 2004.
- GODBOUT, Jacques. Introdução à dádiva. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 13 n. 38. São Paulo, 1998.
- LEAL, Eduardo Martinelli. O outro nome da pobreza: a “situação de rua” na perspectiva antropológica. In: LIMA, Kant de (org.) *Antropologia e Direitos Humanos* 5. Brasília; Rio de Janeiro: ABA; Booklink, 2008.

LEAL, Giuliana F. *A noção de exclusão social em debate: aplicabilidade e implicações para a intervenção prática*. XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambú – MG, 2004.

LIBÂNIO, João Batista. Contextualização do Concílio Vaticano II e seu desenvolvimento. *Cadernos Teologia Pública*. São Leopoldo, ano 2/n. 16. Unisinos: 2005.

MAUÉS, Raymundo Heraldo. Tradição e modernidade conservadoras no catolicismo brasileiro: o Apostolado da Oração e a Renovação Carismática Católica. X Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina. Anais sobre Alternativas Religiosas na América Latina. Buenos Aires: UBA, 2000. Disponível em <http://www.naya.org.ar/religion/XJornadas/pdf/4/4-maues.pdf>

MAFFESOLI, Michel. *Sobre o Nomadismo*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MARTINS, Paulo Henrique. De Lévi-Strauss a M.A.U.S.S. – Movimento Antiutilitarista nas Ciências Sociais. Itinerários do dom. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 23, n.66. São Paulo, 2008.

MARTINS, José de Souza. Reflexão crítica sobre o tema da “exclusão social”. A sociedade vista do abismo. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. São Paulo: Vozes, 2008.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. In: BURSZTYN, Marcel (org.) *No meio da rua. Nômades, Excluídos e Viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

NEVES, Delma Pessanha. Os miseráveis e a ocupação dos espaços públicos. *Caderno CRH*, Salvador, n.30/31, 1999.

NETO, Francisco Pereira. Assistência social e religião: participação política e inserção religiosa em perspectiva. In: *Praia Vermelha: estudos de política e teoria social/Universidade Federal do Rio de Janeiro*. Programa de Pós Graduação em Serviço Social – Vol. 1, n.1 (1997) - Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social.

OLIVEIRA, Dijaci de. Migração, redes e projetos: os moradores de rua em Brasília. In: BURSZTYN, Marcel (org.) *No meio da rua. Nômades, Excluídos e Viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SEGALEN, Martine. *Ritos e Rituais Contemporâneos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

VALLE, Edênio. A Renovação Carismática Católica. Algumas observações. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 18, n. 52, p. 97 – 108, 2004.

ZALUAR, Alba. Exclusão e Políticas Públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 12, n. 35, 1997.